

Bahia promove maior **Conamat** da história



ATENÇÃO TRABALHADOR!

Estão tentando reduzir
os seus direitos!



Cortes de verbas para funcionamento da Justiça do Trabalho comprometem a qualidade do atendimento de quem mais precisa: você, trabalhador!

A ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS MAGISTRADOS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO

Revista Amatra5 é uma publicação semestral da Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região - Amatra5

DIRETORIA

Presidente: **ROSEMEIRE LOPES FERNANDES**;
Vice-presidente: **ANGÉLICA DE MELLO FERREIRA**; Diretora-secretária: **EDLAMAR SOUZA CERQUEIRA**; Diretora Tesoureira: **SORAYA GESTEIRA DE AZEVEDO LIMA MARQUES**; Diretor Cultural: **PAULO CESAR TEMPORAL SOARES**; Diretora Social, Esporte e Lazer: **LEA MARIA RIBEIRO DE OLIVEIRA**; Diretor de Prerrogativas: **JUAREZ DOURADO WANDERLEY**; Diretora de Comunicação: **CECÍLIA PONTES BARRETO MAGALHÃES**; Diretora de Aposentados e Pensionistas: **MARAMA DOS SANTOS CARNEIRO**; Diretora de Cidadania e Direitos Humanos: **SILVIA ISABELLE RIBEIRO TEIXEIRA DO VALE**; Diretora da Amatra5: **THAIS MENDONÇA ALELUIA DA COSTA**

CONSELHO FISCAL

Titular: **IVANA MÉRICA NILO DE MAGALDI**;
Titular: **MANUELA HERMES DE LIMA**;
Titular: **MARIA DA GRAÇA BELINO DE ATHAYDE**; Suplente: **JOSÉ ARNALDO DE OLIVEIRA**; Suplente: **MILTON JOSÉ DEIRÓ DE MELLO JÚNIOR**; Suplente: **NAIARA LAGE PEREIRA BOHNKE**

CONSELHO DE ÉTICA

Titular: **AGENOR CALAZANS DA SILVA FILHO**; Titular: **DALILA NASCIMENTO ANDRADE**; Titular: **LIGIA MELLO ARAÚJO OLIVIERI**; Suplente: **LEA REIS NUNES DE ALBUQUERQUE**; Suplente: **LUCIANO DÓREA MARTINEZ CARREIRO**; Suplente: **MURILO CARVALHO SAMPAIO OLIVEIRA**

COMUNICAÇÃO

Assessor de Comunicação: **ADELMO BORGES**;
Projeto e Editoração Gráfica: **AUTOR VISUAL DESIGN GRÁFICO**; Fotos: **AMATRA5**;
Foto Capa: **ANTÔNIO DAMASCENO**;
Fotos internas do Conamat: **ROBSON NASCIMENTO E ANTÔNIO DAMASCENO**;
Gráfica: **GRASB**; Tiragem: **1.000 EXEMPLARES**

Endereço para correspondência: **AMATRA5**
Rua Miguel Calmon, nº 285, Ed. Góes Calmon,
11º andar, Comércio - CEP 40.015-901;
Salvador - Bahia - Tel.: (71) 3326-4878 / 3284-6970
Fax: (71) 3242-0573

e-mail: secretaria@amatra5.org.br

Esta publicação está disponível em PDF no site da Amatra 5: www.amatra5.org.br



As informações divulgadas neste informativo podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores e não expressam, necessariamente, a opinião da Amatra5 e do conjunto de seus associados.

Edição histórica



Caro leitor,

A Bahia mostrou, mais uma vez, que sabe não só acolher bem os visitantes, mas realizar eventos de alto nível, com competência e profissionalismo, sem esquecer as profundas discussões das teses. Assim foi a XVIII edição do CONAMAT, um evento que nos enche de orgulho e que foi tão positivo para o fortalecimento do associativismo nacional.

Essa união de classe é sempre necessária, mas na atual conjuntura, quando tentam enfraquecer a Justiça do Trabalho, cortando o orçamento para investimento e custeio, temos que estar ainda mais coesos. A Carta de Salvador, documento elaborado durante o evento e lido no último dia, traz, entre suas várias proposições, o repúdio ao corte orçamentário, “com fundamentos que desmerecem as funções constitucionais do Parlamento e comprometem a integridade e a própria independência da Justiça do Trabalho, implementando um modelo de chantagem institucional sem quaisquer precedentes históricos”.

Essa união de todos os magistrados da Justiça do Trabalho demonstrada durante o Congresso tem sua origem na Bahia. Foi a desembargadora aposentada Ilce Marques de Carvalho a idealizadora da primeira edição do evento realizada em 1990, em Salvador. Por isso decidimos homenageá-la na abertura do congresso com um troféu alusivo aos 40 anos da ANAMATRA em reconhecimento ao seu pioneirismo no movimento associativo. Além disso, ela foi a primeira mulher a ocupar a presidência da ANAMATRA, entre 1989 e 1991.

Outra homenagem muito justa durante o congresso foi feita ao ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho, Horácio Sena Pires, pelos seus relevantes serviços prestados em prol do fortalecimento da magistratura trabalhista.

Durante o CONAMAT, a AMATRA5 completou 39 anos e foi feita uma foto histórica no evento com os magistrados que ajudaram a construir a trajetória de sucesso de nossa associação. A comemoração foi com direito a parabéns e bolo, cortado justamente pela desembargadora Ilce Marques de Carvalho.

A apresentação de teses, as palestras mais relevantes, a íntegra da Carta de Salvador e flashes das duas inesquecíveis festas em um encarte especial, compõem esta edição especial da revista da Amatra5.

Alguns assuntos importantes, como a mobilização dos magistrados baianos, na capital e no interior, em defesa da Justiça do Trabalho, também foram incluídos nessa edição histórica, um documento para incentivar futuras gerações e encher de satisfação todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o sucesso do maior CONAMAT de todos os tempos.

Boa leitura!

Angélica de Mello Ferreira

Vice-presidente da Amatra5 e membro da comissão científica do CONAMAT



ÍNDICE

Manifestação em prol da Justiça do Trabalho

Música e homenagens na abertura do maior congresso da história	5
Ministro Horácio Pires se emociona com homenagem no Conamat	8
Assembleia do Conamat aprova 58 teses	9
Encontro Anual do TJC será realizado em novembro	12
Brasil possui mais de 100 milhões de ações na Justiça	14
Carta de Salvador defende a independência do Judiciário	16
Moções aprovadas durante o Conamat	18
Flashes Conamat	20
Aposentados reunidos pela valorização da magistratura	22
Associação de Magistrados do Trabalho adere ao Fórum Baiano da Aprendizagem	23
Cidadania e responsabilidade social	26
Juízes, servidores, advogados e sindicalistas mobilizados contra os cortes no Orçamento	28
Mobilização também no interior	30

Música e homenagens na abertura do maior congresso da história

Coube à presidente da Amatra5 dar as boas-vindas e enaltecer o trabalho daqueles que construíram a associação nacional



A Anamatra foi fundada em um momento de extrema dificuldade política, em um ato de coragem e persistência

*Germano Siqueira,
presidente da Anamatra*

Ao som contagiante de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião, a Orquestra Castro Alves, formação da Neojibá (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia), abriu o 18º Conamat na noite do dia 27 de abril, no Teatro Castro Alves, em Salvador. Liderados pelo maestro Marcos Rangel, os jovens músicos, oriundos de vários municípios da Bahia, foram aplaudidos de pé ao final da apresentação, que contou ainda com uma performance de capoeira durante a execução da música Berimbau, de Baden Powell.

Evento de consulta e deliberação da Anamatra, realizado nesta edição em parceria com a Amatra 5, o congresso registrou o maior número de inscri-

tos entre todas as edições, cerca de 800 participantes.

A abertura coube à presidente da Amatra 5, juíza Rosemeire Fernandes, que deu as boas-vindas aos convidados “nesta terra de encantos, de magia e de muita história”. A magistrada homenageou a juíza Ilce Marques de Carvalho, primeira mulher presidente da Anamatra e realizadora do primeiro Conamat, em Salvador, em 1990. “A senhora, brava guerreira visionária, é motivo de orgulho para todos os magistrados baianos e de todos os rincões do Brasil”, disse a presidente. A magistrada destacou ainda o trabalho daqueles que fizeram a história da Associação nacional, “cada um colocando um tijolo na construção desse hoje sólido edifício chamado Anamatra”.

Sobre o Conamat, ressaltou que, ao longo do tempo, o evento transformou-se no maior fórum para discussão de temas da Magistratura trabalhista, como direito constitucional, processual e material do trabalho e, há algum tempo, o processo civil.

Enfaticou também o avanço no diálogo social, em especial o programa Trabalho, Justiça e Cidadania, “exemplo de ação solidária de uma Magistratura cidadã e mais próxima da sociedade, através do qual dissemina noções de direito e ergue a cidadania”.

Finalizou ressaltando a importância de se afirmar a independência judicial, a democracia, a cidadania e o acesso à justiça.

Independência do Judiciário

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, desembargadora Maria Adna Aguiar, começou elogiando o povo baiano, segundo ela trabalhador e com grande riqueza artística e musical. Disse que a Anamatra sempre teve como bandeira a defesa de causas trabalhistas e a luta pela independência do Poder Judiciário.

Lembrou que a Magistratura passa hoje por momentos difíceis, com cortes no orçamento e ameaças de várias ordens. “Mas não devemos desanimar”, disse ela, enfatizando que é preciso lutar para sustentar as conquistas e direitos dos trabalhadores.

Outro discurso bastante aplaudido foi do presidente da Anamatra, Germano Siqueira, que propôs uma reflexão. “Chegar aos 40 anos para nós do movimento associativo, neste cenário político atual, impõe a todos nós olhar para trás e olhar para o futuro com a perspectiva de fortalecimento de conquistas históricas, sendo este Conamat um delimitador do que fazer adiante”,

disse, reforçando o tema principal do evento “40 anos de Anamatra: Magistratura, Independência e Direitos Sociais”. Em seu discurso, o presidente da entidade fez um comparativo com o duro caminho percorrido pela Associação na época de sua fundação, em 1976, e a presente conjuntura, também desafiadora, que tem enfrentado a entidade. “Este é o Conamat que registrará os 40 anos de Anamatra, entidade fundada em um momento de extrema dificuldade política, em um ato de coragem e persistência”, reforçou.

Autoridades presentes

A mesa de abertura do 18º Conamat contou também com as presenças do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra, do Procurador-Geral do Trabalho, Ronaldo Curado, do presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Re-

gionais do Trabalho, Lourival Ferreira, da procuradora-Geral adjunta representando o estado da Bahia, Luciane Rosa Croda, da procuradora-Geral do município de Salvador, Fabiana Duarte Almeida, do procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho da Bahia, Alberto Bastos Balazeiro, do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo Azevedo Lima, da vice-presidente de Assuntos Legislativos Trabalhistas da Associação dos Magistrados Brasileiros, Maria Madalena Telesca, do presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho, Hugo Melo Filho, da vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Bahia, Ana Patrícia Dantas, do diretor da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, Ivan Isaac Ferreira, e do Oficial de Projeto da OIT, José Ribeiro.



*Juíza Rosemeire Fernandes,
presidente da Anamatra5*



Presidente da Amatra5, Rosemeire Fernandes, a homenageada Ilce Carvalho e o presidente da Anamatra, Germano Siqueira.

BAIANA IDEALIZADORA DO EVENTO É HOMENAGEADA

Na solenidade de abertura, o Conamat rendeu homenagem à desembargadora aposentada Ilce Marques de Carvalho (Amatra 5), idealizadora da primeira edição do evento realizada em 1990, também em Salvador. Primeira mulher a ocupar a presidência da Anamatra (1989/1991), a magistrada recebeu emocionada o troféu alusivo aos 40 anos da entidade em reconhecimento ao pioneirismo no movimento associativo e pela sua contribuição ao aperfeiçoamento científico da Magistratura do Trabalho.

Antes do evento, Ilce Carvalho falou sobre a organização do primeiro Conamat. “A ideia do evento surgiu da necessidade de reunir os juízes, o que na época não era tarefa fácil, na tentativa de fortalecer o colegiado e de tornar públicas as mensagens da Magistratura trabalhista”, contou a ex-presidente. A magistrada lembrou ainda as dificuldades que antecederam o evento. “Todos os recursos financeiros arrecadados para o Conamat foram confiscados pelo Plano Collor, mas mesmo assim conseguimos concretizar o nosso sonho. Hoje me sinto extremamente feliz ao ver tantos colegas reunidos, mais uma vez superando desafios e olhando para o futuro”, afirmou Ilce.

“
A ideia do evento surgiu da
necessidade de reunir os juízes, o
que na época não era tarefa fácil, na
tentativa de fortalecer o colegiado e
de tornar públicas as mensagens da
Magistratura trabalhista

Ilce Carvalho

Ministro Horácio Pires se emociona com homenagem no Conamat

Magistrado recebeu a estatueta alusiva aos 40 anos da Anamatra das mãos de sua filha, a juíza Alice Pires



É uma homenagem por sua luta em prol do fortalecimento da Magistratura trabalhista

Germano Siqueira, presidente da Anamatra



O ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Horácio Sena Pires foi homenageado pela Anamatra na manhã do dia 30 de abril, último dia do 18º Conamat, que aconteceu em Salvador. “É uma homenagem por sua luta em prol do fortalecimento da Magistratura trabalhista,” afirmou o presidente da Anamatra, Germano Siqueira. Um dos fundadores

da Anamatra e da Amatra 5, o ministro recebeu a estatueta alusiva aos 40 anos da Associação nacional das mãos de sua filha, a juíza Alice Pires.

Antes, a secretária-geral da Anamatra e ex-presidente da Amatra 5, Ana Cláudia Scavuzzi, proferiu algumas palavras para o homenageado, lembrando de sua trajetória no movimento associativo e sua importância para a criação das duas entidades. “Conviver com ele é como abrir um livro cheio de histórias interessantes”, disse.

Em seu discurso, Horácio Pires ressaltou que a homenagem era um prêmio à antiguidade e que tudo que ele fez foi por vocação. Disse que antes de ser magistrado, foi promotor do Ministério Público e que na Justiça do Trabalho passou a atuar como conciliador, pacificador, “construindo pontes pela paz social”. Lembrou ainda do colega baiano Antônio Cruz Vieira, falecido recentemente, primeiro presidente da Amatra 5.

nos: Magistratura, e Direitos Sociais





Assembleia do Conamat

aprova 58 teses

As propostas aprovadas marcarão a atuação político-institucional da Anamatra nos próximos anos

A Assembleia Geral realizada ao final do 18º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), promovido pela Anamatra e pela Amatra 5, em Salvador, aprovou 58 teses. Temas como celeridade processual, novo Código de Processo Civil (CPC), paridade, terceirização e trabalho escravo estiveram entre os assuntos debatidos. As teses aprovadas marcarão a atuação político-institucional da Anamatra nos próximos anos. Na avaliação do presidente da Anamatra, Germano Siqueira, o Congresso foi histórico e proporcionou reflexões coletivas que apontam para um movimento associativo mais voltado a ouvir os anseios da sociedade brasileira. “Em um momento tão delicado para o País, os juízes reunidos na capital baiana disseram que não compactuam com a flexibilidade das leis do trabalho”, pontua o dirigente.



“
Foi um Conamat relevante do ponto de vista político-institucional para a Magistratura, que pode ser um divisor de águas, com debate de teses de fundamental importância
 ”

Para a presidente da Amatra 5, Rosemeire Fernandes, o 18º Conamat foi extremamente positivo. “O número recorde de inscritos e a participação intensa dos juízes em todos os painéis e conferências marcaram esse Congresso”, afirmou a dirigente, que destacou ainda a presença histórica da delegação da Bahia, com mais da metade dos associados participando. O extenso temário versou sobre diferentes aspectos do Direito do Trabalho e da carreira da Magistratura. “Foi um

Conamat relevante do ponto de vista político-institucional para a Magistratura, que pode ser um divisor de águas, com debate de teses de fundamental importância”, avalia a diretora de Formação e Cultura da Anamatra, Silvana Abramo, coordenadora da Comissão Científica do evento. “Tivemos ampla adesão de associados, ricos debates e, conseqüentemente, grande integração entre os presentes. Assim, o resultado recompensa o tra-



balho, as dificuldades enfrentadas no percurso e reflete a seriedade do trabalho de todos que se envolveram no projeto”, destaca a diretora de Eventos e Convênios da Anamatra, Anna Carolina Gontijo, que coordenou a Comissão Organizadora do evento.

A secretária-geral da Anamatra, Ana Cláudia Scavuzzi, juíza da 5ª Região, e integrante da Comissão, compartilha da mesma opinião. “O expressivo número de participantes e a profundidade dos debates jurídicos demonstram o alto nível de engajamento dos colegas no movimento associativo”, ressalta.

A íntegra das propostas está disponível no hot site do evento:

www.conamat.com.br

A 19ª edição do Conamat será realizada em Minas Gerais, em 2018.



❖ Silvia Isabelle



❖ Manuela Hermes



❖ Monique Fernandes



❖ Dorotéia Azevedo

MAGISTRADAS BAIANAS APRESENTAM TESES

Magistradas baianas apresentaram teses durante o XVIII Conamat, algumas aprovadas integralmente e outras aglutinadas. Além disso, muitos magistrados participaram opinando e contribuindo com as propostas dos colegas de outros estados. Apresentaram teses as magistradas Silvia Isabelle, Manuela Hermes, Monique Fernandes e Dorotéia Azevedo.

O Ministro Cláudio Brandão, do TST, destacou que o evento foi muito positivo, não só pela qualidade de temas apresentados, mas, sobretudo, pela efetiva participação dos magistrados. “Isso revela o compromisso institucional de todos que estão participando desse histórico congresso”.



Encontro Anual do TJC será realizado em novembro

Reunião de coordenadores do programa definiu que o evento será na Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso

A Campanha do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil terá como foco a cadeia produtiva da exploração

Os membros da Comissão Nacional e coordenadores regionais do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), sob a coordenação diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Noemia Porto, participaram de uma reunião no dia 27 de abril, em Salvador, para discutir as próximas ações do programa.

O encontro abordou assuntos como o Prêmio Anamatra de Direitos Humanos, que deve acontecer em novembro deste ano; a distribuição e disseminação para estudantes e professores das Cartilhas de Combate ao Trabalho Infantil (Turma da Mônica) e do Trabalhador, esta já atualizada e reimpressa.

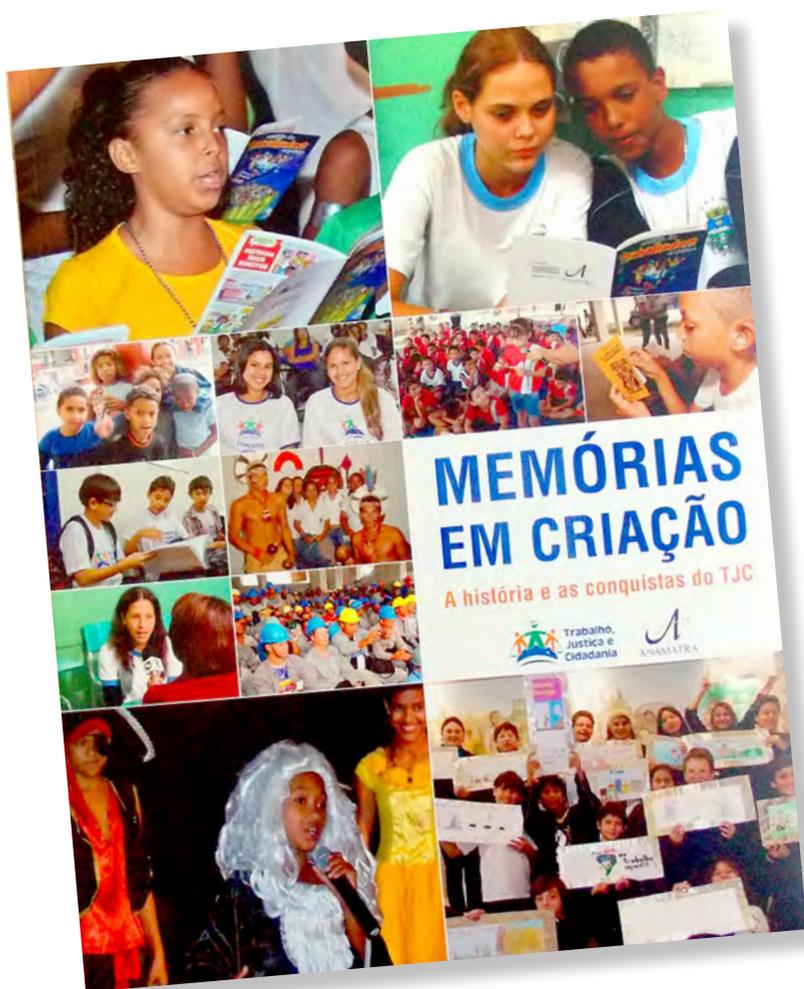
A Campanha pelo Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, celebrado no dia 12 de junho, também foi um dos temas debatidos. Este ano o foco será na cadeia produtiva, conforme divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). As datas para o próximo Encontro Anual do TJC já foram definidas: dias 11 e 12 de novembro, na Chapada dos Guimarães (Mato Grosso).

Além dessas discussões, também foram iniciadas as discussões para a produção do vídeo de 10 anos do TJC, que fará um resgate histórico do programa em todo o país. A reunião também tratou do livro “Memórias em Criação. A história e as conquistas do TJC”, lançado durante a programação do 18º Conamat. O livro está disponível em bibliotecas selecionadas e nas 24 Amatras.



LIVRO CONTA A HISTÓRIA DE 10 ANOS DO TJC

Durante o 18º Conamat foi lançado o livro do Programa Trabalho Justiça e Cidadania (TJC): “Memórias em Criação. A história e as conquistas do TJC”. Na ocasião, a diretora de Direitos Humanos e Cidadania, Noemia Porto, exaltou o momento de alegria em lançar o livro que conta a história de uma década do programa. “Eu não teria como falar agora senão procurando traduzir um sentimento de uma imensa satisfação, que vem da convicção de que contar as histórias do TJC, construir suas narrativas equivale a expressar o compromisso da Magistratura do Trabalho com os direitos sociais e o exercício da cidadania”. Para a diretora, o lançamento do livro em Salvador, nos 40 anos da Anamatra, é simbólico. “Esse é só o primeiro, outros virão, porque tenho a certeza da necessidade cada vez mais presente de que o Programa permaneça consolidado como espaço possível da cidadania”.



❖ Homenagem à pioneira do programa

Precursora do (TJC), a juíza aposentada Eliete Telles (Amatra1/RJ) foi homenageada pela Anamatra, dia 28 de abril, durante o 18º Conamat, em Salvador. A magistrada integra a Comissão Nacional do Programa TJC e participou também da idealização da Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos, primeiro material didático do programa. “Figura humana excepcional, que sempre acreditou nesse compromisso da Magistratura com a cidadania”, afirmou a diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra, Noemia Porto, ao destacar o trabalho da homenageada. “O juiz tem que sair do gabinete e ter uma função social, só assim ele pode transformar a si e aos outros”, ressaltou a juíza Eliete Telles em seu discurso de agradecimento. Para ela, “a magistratura elitista, hermética, distante dos anseios do cidadão e voltada apenas para julgar conflitos não serve à causa da justiça social e à democracia”.

Brasil possui mais de 100 milhões

de ações na Justiça

Constituição de 1988 garantiu um maior acesso ao Judiciário



Muitas vezes, na mesa de audiência, ele perde mais dez minutos, atrasa um pouco a pauta, mas consegue convencer as partes a fazer um acordo

Cláudio Brandão, ministro do TST



Cada país interpreta de uma forma diferente o princípio universal da preservação da dignidade humana

Daniel Sarmento



O Brasil possui cerca de 100 milhões de ações na Justiça e, se considerarmos dois indivíduos em cada uma delas, teremos um processo por habitante. Quem apresentou esses números alarmantes foi o professor e ex-procurador da República **Daniel Sarmento**, durante o painel “Independência Judicial, ativismo judicial e o novo CPC”, realizado na manhã do dia 29 de abril, durante o 18º Conamat em Salvador. A coordenação da mesa coube ao vice-presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano. A grande demanda ao Judiciário nos últimos anos deve-se, na visão do professor, à Constituição de 1988, que fortaleceu a Justiça e garantiu um maior acesso a ela. Nesse sentido, o novo Código de Processo Civil (CPC) trouxe como forma de minimizar esse problema a vinculação das decisões do juiz aos precedentes.

O palestrante entende que a força da jurisprudência é um fenômeno

universal, mas está longe de ser um ponto pacífico. Citou o exemplo da regulamentação do trabalho das prostitutas, aceito pela Corte Suprema da Colômbia, mas negado na África do Sul. “Cada país interpreta de uma forma diferente o princípio universal da preservação da dignidade humana”, disse o professor.

Na sequência, falou o desembargador e professor Sérgio Torres, que abordou o mesmo tema, criticando o precedente judicial estabelecido pelo CPC. Ele lembrou que antes mesmo de estudar Direito fez um trabalho de escola sobre as decisões relativas ao aborto nos Estados Unidos e percebeu como a Suprema Corte daquele país acolheu e prestigiou as decisões das instâncias de primeiro grau.

Para o palestrante, esse método horizontal é o contrário do que acontece no Brasil, que confere aos tribunais superiores o poder de decidir sobre esses precedentes. “Dessa forma, o



18º Conamat

Salvador/BA
De 27 a 30 de abril de 2016

Anamatra 40 anos: Magistratura, Independência e Direitos Sociais

REALIZAÇÃO




APOIO INSTITUCIONAL




sistema não vai funcionar”, disse o desembargador, enfatizando que o juiz de primeiro grau terá que ter maturidade na hora de decidir. Ele disse ainda que o importante é que a autonomia e independência do juiz não sejam arranhadas.

Mediação de conflitos

Na sequência, dois ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) apresentaram seus pontos de vista sobre o sistema de mediação de conflitos. O primeiro a falar foi o ministro Guilherme Caputo Bastos, que iniciou apresentando dois argumentos fortes para a mediação: o congestionamento de processos e a insuficiência de servidores. Ele acredita que a mediação é uma boa alternativa, mas encontra algumas resistências, em sua opinião porque na Universidade o estudante de Direito aprende a litigar e não a conciliar. “A morosidade compromete a credibilidade da Justiça do Trabalho”, disse

o ministro, lembrando que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) saiu na frente criando os núcleos de conciliação. O ministro contou que visitou alguns deles em São Paulo e funcionam bem. Mas a premissa é que um juiz do Trabalho atue na supervisão.

Depois foi a vez do ministro Cláudio Brandão, que iniciou sua fala concordando com o colega sobre os núcleos de conciliação sob a supervisão de um magistrado, mas destacou que não é

isso que prevê o novo CPC, que preconiza um modelo privado de mediação, o que ele é contra.

Brandão acredita que o modelo proposto no novo código é inadequado à nossa realidade. Segundo ele, todo juiz do Trabalho é um conciliador e mediador. “Muitas vezes, na mesa de audiência, ele perde mais dez minutos, atrasa um pouco a pauta, mas consegue convencer as partes a fazerem um acordo”.



Carta de Salvador defende a independência do Judiciário

Documento foi lido no encerramento do XVIII CONAMAT

Os magistrados presentes ao evento reforçam a luta pelo aprofundamento da democracia no âmbito dos tribunais judiciários

Defendem a rigorosa paridade entre juízes ativos e aposentados

Carta de Salvador

No encerramento do 18º Conamat, a Assembleia Geral, realizada no dia 30 de abril, aprovou a Carta de Salvador. O documento foi lido pelo vice-presidente da Anamatra, **Guilherme Feliciano**, e, entre outros pontos, defende a independência do Judiciário como forma de manter

o Estado Democrático de Direito e também a resistência a retrocessos que colocam em risco os direitos sociais e trabalhistas.

Esses assuntos foram amplamente debatidos ao longo do congresso nacional de magistrados trabalhistas. A carta externa a preocupação com o avanço de uma legislação que atinge as conquistas dos trabalhadores nos últimos anos, a exemplo da terceirização e da prevalência do negociado sobre o legislado.

A necessidade de democratização do Poder Judiciário também foi registrada na Carta. Os magistrados presentes ao evento reforçam a luta pelo “aprofundamento da democracia no âmbito dos tribunais judiciários”, com eleições diretas para os cargos de administração dos tribunais.

Moções

A Assembleia também foi marcada pela aprovação de duas moções. A primeira posiciona-se contra a PEC 18/2011 e as cinco outras a ela aglutinadas, que preveem a redução da idade laboral. A inconstitucionalidade da reforma Previdenciária foi tema da segunda moção, que ressalta os reflexos da PEC 20/98 para Magistratura, postulando o breve julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade relativas ao tema.



CARTA DE SALVADOR

Os juízes do Trabalho, reunidos em Assembleia Geral, por ocasião do 18º CONAMAT (Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), na cidade de Salvador (BA):

1. Afirmando a absoluta necessidade de que, em tempos de crise política e econômica, os fundamentos democráticos da República sejam reafirmados, notadamente no que diz respeito à independência da Magistratura, à autonomia do Poder Judiciário e à dignidade da autoridade judiciária, respeitados sempre, no exercício isento da função jurisdicional, os princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.
2. Repudiam publicamente, nesse passo, o discriminatório corte orçamentário a que foram submetidos os juízes e tribunais do Trabalho, por ocasião da votação da PLOA 2016, com fundamentos que desmerecem as funções constitucionais do Parlamento e comprometem a integridade e a própria independência da Justiça do Trabalho, implementando um modelo de chantagem institucional sem quaisquer precedentes históricos.
3. Defendem a rigorosa paridade entre juízes ativos e aposentados, assumindo o compromisso público e coletivo de lutarem pelo restabelecimento de um regime previdenciário digno, estável e sustentável, com integralidade para aposentados e pensionistas, e apto a alcançar todas as gerações de juízes do Trabalho.
4. Pugnam pelo aprofundamento da democracia no âmbito dos tribunais judiciários, não apenas com a adoção de eleições amplas e diretas para os cargos de administração dos tribunais, inclusive os de corregedor e vice-corregedor, ampliando-se o colégio eleitoral para alcançar os juízes de primeiro e segundo grau, como também com a ampliação dos fóruns institucionais de diálogo e deliberação, com a participação de juízes de primeiro grau em todas as comissões e comitês previstos em regimentos e resoluções.
5. Alertam para a necessidade de que a gestão orçamentária e as políticas de saúde e bem-estar dos Magistrados sejam planejadas nacionalmente, com a participação representativa de todos os graus da Magistratura, superando-se o modelo tradicional de concentração das decisões na cúpula do Poder Judiciário. Pontuam, ainda, que os impactos das estratégias de gestão por metas e da implementação do processo judicial eletrônico na saúde dos juízes passem a ser efetivamente considerados na discussão das respectivas políticas.
6. Externam a convicção de que crises econômicas não podem pôr em xeque o conceito e as garantias do Estado Social, denunciando o movimento de avanço de um tipo de legislação que pretende vergastar direitos sociais históricos e subverter a lógica da norma mais favorável e da melhoria contínua, próprias do Direito do Trabalho e dos Direitos Humanos Fundamentais, como são as propostas flexibilizadoras da prevalência do negociado sobre o legislado, da terceirização e da adoção da mediação como instrumento de composição de litígios trabalhistas individuais.
7. Observam, mais, que os juízes do Trabalho têm relevante papel a cumprir, participando dos fóruns de construção de políticas públicas relacionadas à promoção do trabalho decente e ao combate do trabalho infantil e escravo contemporâneo.
8. Manifestam sua preocupação com dispositivos da Lei n. 13.105/2015 (novo Código de Processo Civil) e da Instrução Normativa n. 39/2016 que podem tisonar a independência técnica do juiz, na medida em que limitam as possibilidades de fundamentação das decisões judiciais e pretendem estabelecer, por via indevida, um tipo de disciplina judiciária que engessa o entendimento das cortes superiores e rebaixa o papel criativo da jurisprudência em primeiro e segundo grau.
9. Exaltam uma vez mais, como valores regentes da Magistratura do Trabalho e das suas instituições judiciárias, a unidade, a probidade, a ética, a democracia, a solidariedade interna e o garantismo social.
10. Ressaltam que não há Estado de Direito consistente e perene sem a coexistência de um Poder Judiciário forte, independente, coeso e comprometido com os valores e princípios constitucionais.
11. Declaram, finalmente, o firme propósito de caminharem unidos, pelos próximos quarenta anos e adiante, mirando novas conquistas e outros progressos, tendo em seu horizonte a valorização da Magistratura nacional e a integridade do Estado Social brasileiro.

Salvador, 30 de abril de 2016.



Moções aprovadas durante o Conamat

MOÇÃO 1 – Moção contra a PEC 18 e apensadas. Contra quaisquer tentativas de redução da idade mínima para o trabalho

Os Juízes do Trabalho do Brasil, reunidos no 18º Congresso Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho – CONAMAT, realizado de 27 a 30 de abril de 2016, em Salvador-BA, manifestam-se veementemente contra a PEC 18/2011 e as cinco outras a ela apensadas. Em tema de proteção à infância e adolescência, que deve ser integral e absolutamente prioritária, não se concebe retrocesso social. São inconstitucionais e representam inegável afronta aos direitos humanos de pessoas em peculiar condição de desenvolvimento e à Convenção 138 da OIT quaisquer tentativas de redução da idade mínima para o trabalho. Como exceção protegida à idade mínima, existe a possibilidade de aprendizagem, com preponderância formativo-educacional.

MOÇÃO 2 – Pleito de preferência do julgamento de ADIS atinentes à Reforma Previdenciária da magistratura

Os magistrados brasileiros sempre estiveram, e estão, absolutamente convencidos da inconstitucionalidade da reforma previdenciária no que atine à magistratura, consubstanciada na alteração da redação original do inciso VI do art. 93 da Carta da República pela EC nº 20/98, razão pela qual propugnam pelo seu restabelecimento.

Em apertada síntese, referida reforma padece das seguintes inconstitucionalidades formais: 1º) vício de iniciativa: mencionada alteração, se materialmente possível, apenas poderia ser cogitada por lei complementar destinada à disciplina do novo Estatuto da Magistratura, de estrita iniciativa do excelso STF, como deflui do caput do art. 93 da Constituição Federal; 2º) inobservância do disposto no §2º do art. 60 da Carta Magna: ao tempo da votação da proposta de emenda em segundo turno no Senado, foi suprimida a expressão final “no que couber”, que constara no primeiro (a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40,

“no que couber), implicando em inequívoca alteração de fundo do preceito, em único turno de votação naquela Casa.

Além disso, a reforma em tela é materialmente inconstitucional: 1º) por malferir direito individual dos magistrados – portanto, cláusula pétreia –, na medida em que a redação original do inciso VI do art. 93 consubstanciava “princípio” (na dicção do



caput da mesma norma), considerada a conjugação do disposto nos arts. 60, §4º, IV, e 5º, §2º, todos da Carta da República; 2º) por maltrato ao princípio da separação dos poderes, ao acarretar violação às garantias da vitaliciedade e irredutibilidade de subsídios/proventos, que, conjugadamente consideradas, asseguram a paridade e integralidade dos proventos, presente o disposto nos arts. 60, §4º, III c/c 95, I e III.

Essa última inconstitucionalidade é especialmente gravosa, porquanto – a par da agravção generalizada dos requisitos/condições para a aposentação dos magistrados em geral – implica na instituição de duas categorias de juízes, vez que os novos magistrados (a partir de 14/10/13), se pretenderem a percepção de proventos superiores ao teto do regime geral, teriam de aderir ao Funpresp-Jud para viabilizar alguma complementação.

Em relação a eles, haveria uma inegável supressão da integralidade e da paridade

de proventos – que, ademais, já atingem a todos que ingressaram no serviço público após a EC 41/2003 –, em manifesta afronta às mencionadas garantias e, assim, à separação dos poderes.

Haveria uma inaceitável ruptura da unidade da magistratura nacional. Todas essas inconstitucionalidades foram questionadas pela Anamatra no bojo das ADIs 3308 e 3363, ajuizadas em 2005 e liberadas para a pauta pelo eminente relator, Min. Gilmar Mendes, desde abril/2008, a revelar que estão prontas para imediato julgamento (tanto que já foram pautadas em algumas ocasiões), sendo certo que foram reproduzidas pela AMB, nas ADIs 4802 e 4803, nessa ordem, apensadas àquelas por determinação de Sua Excelência. Além das ADIs citadas, cite-se ainda a ADI 4885, que questiona a lei que instituiu a Funpresplud.

Por todo o exposto, os juízes do trabalho, reunidos em assembléia geral do XVIII Conamat, aprovam, à unanimidade, MOÇÃO, a ser encaminhada ao excelso Supremo Tribunal Federal, reiterando postulação de breve julgamento das referidas ações diretas de inconstitucionalidade (3308, 3363, 4802, 4803 e 4885), para cessação da insegurança jurídica que afeta toda a magistratura – e, por simetria constitucional, os integrantes do Ministério Público e Tribunais de Contas nacionais – no que concerne ao regime constitucional de jubilarmento que lhes é efetivamente aplicável.

Desembargadores apresentam moções de congratulações

Os magistrados Jéferson Muricy e Renato Simões fizeram moções de congratulações pela passagem do XVIII Conamat

SUCESSO DO EVENTO

“Senhor presidente, eu gostaria de fazer uma moção de congratulações à Amatra5, à Anamatra e aos organizadores do Conamat, o qual se encerrou neste fim de semana, pela grandiosidade, oportunidade e pelo sucesso do evento”.

Desembargador Jéferson Muricy



TEMAS DE ALTA RELEVÂNCIA

“Eu peço licença aos colegas para propor uma Moção de Congratulações à AMATRA5, na pessoa da sua presidente, Rosemeire Fernandes, e a toda diretoria da entidade, assim como à Anamatra, na pessoa de seu presidente, Germano Siqueira e, também, a toda diretoria, pelo excelente trabalho realizado na organização e realização do 18º Congresso Nacional da Magistratura Trabalhista, realizado nesta nossa cidade do Salvador, no período de 27 a 30 de abril, comemorando os 40 anos da Associação Nacional.

A organização primorosa do evento, que trouxe para a Bahia mais de 800 magistrados trabalhistas, sendo, pelo que se tem notícia, o maior de todos os já anteriormente realizados, possibilitou a discussão e a troca de ideias sobre temas de mais alta relevância para a Justiça do Trabalho, para o momento político que o País atravessa, para a democracia que queremos, para o respeito ao real Estado de Direito, com temas sobre a magistratura, independência e direitos sociais. A profundidade dos temas e da sua abordagem técnica, jurídica, social e política, a qualidade dos oradores, dos participantes, levaram à elaboração da Carta de Salvador cujas conclusões destaco aqui, resumidamente, e que dizem respeito à absoluta necessidade de que, em tempos de crise política e econômica, os fundamentos democráticos da República sejam reafirmados, respeitando-se sempre a autonomia do Poder Judiciário e a dignidade da autoridade Judiciária, bem como o exercício isento da função jurisdicional.

Os princípios Constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. O repúdio ao corte orçamentário discriminatório por ocasião da Lei Orçamentária anual de 2016.

Rigorosa paridade entre juizes ativos e aposentados, com regime previdenciário digno, estável e sustentável. Pelo aprofundamento da democracia no âmbito dos Tribunais Judiciários, com a adoção de eleições amplas e diretas para os cargos de administração, ampliando-se o colégio eleitoral para alcançar os juizes de 1º e 2º graus. A necessidade de gestão orçamentária, políticas de saúde e bem-estar dos magistrados e que os impactos das estratégias de gestão por metas e da implementação do Processo Judicial Eletrônico na saúde dos juizes passem a ser efetivamente considerados na discussão das respectivas políticas. A convicção de que crises econômicas não podem pôr em cheque o conceito e as garantias do estado social, com a necessidade de combate ao avanço de legislação prejudicial aos direitos sociais históricos, que subvertam a lógica da norma mais favorável e da melhoria contínua, próprias do direito do trabalho, dos direitos humanos fundamentais. Com relevante papel dos juizes do Trabalho nos fóruns de construção de políticas públicas, relacionadas à promoção do trabalho decente e ao combate do trabalho infantil e escravo contemporâneo. A preocupação com os dispositivos do novo Código de Processo Civil e da Instrução Normativa nº 39/2016 que podem tisonar a independência técnica do juiz. Os valores regentes da magistratura do Trabalho e das suas instituições Judiciárias. A unidade, a probidade, a ética, a democracia, a solidariedade interna e o galantismo social. O fato de que não há estado de direito consistente e perene sem a coexistência de um poder judiciário forte, independente, coeso e comprometido com os valores e princípios constitucionais, caminhando e tendo por mira a valorização da magistratura nacional e a integridade do Estado Social Brasileiro.

Destaco também o esmero, a dedicação, o esforço e êxito alcançado nas festas de abertura e encerramento do evento. Demonstrando o absoluto acerto nas escolhas, propiciando um clima de contagiante alegria entre todos os participantes. Parabéns a todos aqueles que colaboraram na realização do evento”.



Desembargador Renato Simões

Stand da Bahia é atração

Situado logo na entrada do evento, o stand da Amatra5 chamava a atenção pela decoração ao mesmo tempo casual e sofisticada. Com peças de artesanato e obras de arte, o espaço se tornou ponto de encontro não só dos magistrados baianos, mas também de juizes de outros estados. Durante a comemoração dos 39 anos da associação, um bolo foi colocado no espaço para degustação dos convidados. Foram distribuídas também cocada baianinha e fitas de Senhor do Bonfim, além de doces especiais e delícias da culinária baiana para degustação. Outro destaque do stand foi o painel da artista plástica Kathy Calado.



Lançamento coletivo de livros

O juiz baiano Danilo Gonçalves Gaspar lançou, durante o XVIII Conamat, seu livro “Subordinação Potencial: Encontrando o Verdadeiro Sentido da Subordinação Jurídica”. O magistrado participou de um lançamento coletivo, com diversos autores tratando sobre Direito do Trabalho, Direitos Humanos, tutela jurisdicional, responsabilidade civil, atuação jurisdicional, entre outros temas. Na ocasião foi lançado também o livro do Programa Trabalho Justiça e Cidadania “Memórias em Criação. A história e as conquistas do TJC”. A diretora de Formação e Cultura da Anamatra, Silvana Abramo, afirmou que a entidade tem empreendido esforços para a divulgação dos trabalhos dos magistrados e para a produção científica e intelectual. “Aqui é um espaço de todos e para todos, contribuindo para o debate acerca de temas relevantes para o Direito do Trabalho”.



Palestra concorrida da Ministra Cármen Lúcia

A vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, fez duras críticas sobre os atuais modelos de gestão do Poder Judiciário, destacando a necessidade de transformação e renovação urgente nesse ramo e adequação à realidade democrática em que vive o país. A intervenção da magistrada ocorreu no terceiro dia do 18º Conamat. “Já passou da hora de fazer reforma do Poder Judiciário, a hora não é de reformar é de transformar, porque o mundo é outro e quem não tiver ciência do seu tempo vai deixar que seu tempo viva sem ele mesmo”, disse, acrescentando: “há novas formas de gestão, novas formas de lidar com a sociedade e precisamos aprender e fazer essa grande transformação”.



Amatra5 comemora **aniversário de 39 anos**

Os magistrados baianos que prestigiaram o Conamat comemoraram, no dia 29 de abril, os 39 anos da Amatra5, uma das mais antigas associações do Brasil. A honra de apagar as velas coube à magistrada aposentada Ilce Carvalho idealizadora da primeira edição do Conamat, realizado em 1990, em Salvador. Ela foi também a primeira mulher a ocupar a presidência da Anamatra (1989/1991) e foi presidente da Amatra5. Participaram da foto oficial, além da presidente atual, Rosemeire Fernandes, os ex-presidentes: Ministro Cláudio Brandão e as juízas Viviane Leite e Ana Cláudia Scavuzzi.



Cobertura da imprensa

A maior reunião de magistrados da Justiça do Trabalho da história chamou a atenção da imprensa de Salvador, que deu ampla cobertura ao evento. Os magistrados baianos deram várias entrevistas para TV, rádio, sites de notícias e jornais. Na abertura do Conamat, a secretária-geral da Anamatra e ex-presidente da Amatra5, Ana Cláudia Scavuzzi, concedeu entrevista para a TV Bahia, falando sobre a aplicação do novo CPC na Justiça do Trabalho.

Historiador fala do **“mundo líquido”**

Com o tema “Magistratura e sociedade: medos e esperanças”, o historiador Leandro Karnal proferiu, no dia 28 de abril, a conferência de abertura do 18º Conamat. O professor abordou aspectos relacionados ao papel da Justiça e do juiz do Trabalho, direitos e deveres, o cenário político atual em uma sociedade cada vez mais mutável, fazendo contrapontos entre a história atual e a passada das relações humanas. Leandro Karnal abordou ainda o conceito de “mundo líquido”, que não tem forma, definição e muda constantemente. “É um mundo de uma velocidade enorme, muito tranquilo para jovens, mas um desafio pra quem nasceu em um mundo sólido. O mundo líquido é onde eu diluo a autoridade, onde as realidades são rápidas. Só tenho duas opções: ou eu me transformo rapidamente junto ou eu paro e a transformação passa por mim”.



Aposentados reunidos

pela valorização da magistratura

Reunião aconteceu em Salvador durante o XVIII Conamat



A PEC 555/06 prevê que a contribuição dos inativos terá o seu valor reduzido em 20% a cada ano após o titular do benefício completar 61 anos

Diretores e coordenadores de magistrados do Trabalho aposentados das Amatras participaram, em Salvador, dia 27 de abril, de um encontro para tratar de matérias de interesse da categoria no Judiciário e no Legislativo. A reunião foi presidida pela diretora de Aposentados da Anamatra, Virgínia Bahia, e contou com a participação do presidente da entidade, Germano Siqueira, do vice-presidente, Guilherme Feliciano, da diretora de Formação e Cultura, Silvana Abramo. Pela Bahia, participou o magistrado aposentado Het Jones, ex-diretor da Amatra5.

Entre os assuntos tratados na reunião esteve a intensificação da mobilização em favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que institui a parcela de valorização por tempo de

serviço na Magistratura e no Ministério Público. A PEC aguarda inclusão na Ordem do Dia.

O encontro também discutiu a participação dos aposentados nos Conselhos das Escolas Judiciais. Outro assunto de interesse da classe é a PEC 555/06, que acaba, gradualmente, com a contribuição previdenciária de todos os servidores públicos aposentados. Pela proposta, que aguarda votação no Congresso, a contribuição dos inativos terá o seu valor reduzido em 20% a cada ano após o titular do benefício completar 61 anos, deixando de ser cobrada quando ele completar 65 anos.

O encontro dos magistrados aposentados ocorreu na capital baiana em razão da realização do 18º do Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), realizado de 27 a 30 de abril.

Associação de Magistrados do Trabalho adere ao Fórum Baiano da Aprendizagem

Amatra5 vai colaborar com a ampliação da quantidade de aprendizes contratados

A educação propicia a igualdade de oportunidades

Rosemeire Fernandes, presidente da Amatra5

A Amatra5 aderiu oficialmente ao Fórum Baiano da Aprendizagem Profissional no dia 6 de maio, durante audiência pública da Semana Nacional de Aprendizagem, realizada no auditório do Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5). A presidente da entidade, juíza Rosemeire Fernandes, assinou o termo de adesão, assim como a vice-presidente do TRT5, desembargadora Maria de Lourdes Linhares. Pelo compromisso firmado, a Amatra5 vai colaborar com a ampliação da quantidade de aprendizes contratados em todos os setores econômicos.

O objetivo da audiência foi promover a conscientização das empresas e organizações sociais sobre a Lei de Aprendizagem, de modo a combater o trabalho infantil e proteger a mão-de-obra de adolescentes com mais de 14 anos. Participaram da mesa de abertura, além da vice-presidente do TRT5, o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, Alberto Balazeiro; a auditora fiscal do Trabalho, Marli Pereira, representando o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego na Bahia, José Maria de Abreu Dutra; e a Promotora da Infância e da Juventude e presidente do Fetipa, Andréa Ariadna. Presente tam-





bém ao evento a diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Amatra5, juíza Sílvia Isabelle.

Um dos momentos mais marcantes da solenidade foi quando dois jovens deram depoimento sobre a importância dessa iniciativa. Bruno Henrique, 20 anos, hoje estudante universitário em Gestão de Recursos Humanos, disse que queria ser advogado e foi muito importante o contato com os profissionais do Ministério Público. “Agradeço muito essa oportunidade que eu tive na vida”, disse o jovem. Já Erlane Alves, 17 anos, estudante do ensino médio, disse que quer ser médica e trabalha hoje como jovem aprendiz em uma empresa de saúde da rede privada de Salvador.

A presidente da Amatra5 lembrou, na oportunidade, que ela própria foi jovem

aprendiz e destacou como essa experiência foi importante para sua carreira de economista e depois de servidora da Justiça do Trabalho e magistrada. “A educação propicia a igualdade de oportunidades”, disse a juíza, que lembrou ainda do programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), executado em todo o Brasil pela Anamatra com apoio das Amatras, que leva noções de cidadania e Direito do Trabalho para estudantes de escolas públicas.

Em seu pronunciamento, o procurador Alberto Balazeiro disse que o trabalho escravo está intimamente relacionado ao infantil e que combatendo uma dessas chagas a outra será enfraquecida.

Na sequência, a auditora Marli Pereira tirou dúvidas dos empresários e advogados presentes, além de relatar casos

de sucesso de pessoas que participaram do programa e hoje estão efetivadas nas empresas. Citou um caso de Cruz das Almas que, a despeito da resistência de um empresário em admitir um jovem aprendiz, aceitou e hoje o rapaz é supervisor do estabelecimento.

Novo decreto

Na segunda parte do evento, a presidente da Amatra5 e a procuradora regional do Trabalho, Virginia Senna, também integraram a mesa alta. Durante sua explanação, Marli Pereira citou o decreto 8.740, de 4 de maio de 2016, que traz algumas novidades em relação ao assunto (veja na página ao lado). Uma dúvida comum, esclarecida pela auditora, foi sobre empresas que não têm espaço físico para abrigar o jovem aprendiz.



“Elas podem aproveitar a rede de instituições de ensino credenciadas no Ministério do Trabalho e Emprego e cumprir a cota, que varia de 5% a 15%, a depender do número de empregados”. Outra hipótese para utilização da aprendizagem de cotas sociais ou projetos especiais, ocorre quando a empresa desenvolve atividade incompatível com a inserção de aprendizes, como uma companhia de segurança. Eles podem ser aproveitados na área administrativa ou a empresa pode arcar com o custo dos jovens, permanecendo o aprendiz na entidade formadora (parte teórica) e a parte prática sendo feita numa ONG, por exemplo.



Elas podem aproveitar a rede de instituições de ensino credenciadas no Ministério do Trabalho e Emprego e cumprir a cota, que varia de 5% a 15%, a depender do número de empregados

Marli Pereira, auditora da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Bahia



O QUE DIZ O DECRETO

A seleção de aprendizes será realizada a partir do cadastro público de emprego, disponível no portal eletrônico Mais Emprego e deverá priorizar a inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social, tais como:

- Adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas;
- Jovens em cumprimento de pena no sistema prisional;
- Jovens e adolescentes cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional;
- Jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil;
- Jovens e adolescentes com deficiência;
- Jovens e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e,
- Jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído na rede pública.

QUEM PODE SER APRENDIZ

O aprendiz é o adolescente ou jovem com idade entre 14 e 24 anos, matriculado e frequentando a escola regular, mesmo que não tenha concluído o ensino médio. Eles têm assegurados todos os direitos trabalhistas e previdenciários, como assinatura da Carteira de Trabalho, salário, férias e descanso semanal remunerados, FGTS e vale transporte. Além disso, a jornada diária tem que ser conciliada com o tempo para os estudos regulares.



A presidente do TRT5, desembargadora Maria Adna Aguiar, esteve presente na Ação Global

Cidadania e responsabilidade social

Magistrados e servidores da Justiça orientam sobre Direitos Trabalhistas na Ação Global

E esclarecimentos sobre Direito do Trabalho, informações sobre processos na Justiça, sensibilização para o combate ao trabalho infantil e para a prevenção de acidentes. Estas foram algumas orientações dadas pelas magistradas da Justiça do Trabalho que participaram do Dia de Ação Global de Cidadania, no Sesi de Piatã, dia 21 de maio. Numa parceria entre a Amatra5 e TRT5, foi montado, pelo segundo ano consecutivo, um stand no evento, que contou com a participação de servidores voluntários do TRT5.

A abertura solene foi às 9h, com o hasteamento das bandeiras do Brasil, da Bahia e da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), com a participação da presidente da Amatra5, juíza Rosemeire Fernandes, do superintendente do Sesi, Armando Neto, e de Orlando Fentanes, do departamento de Marketing da Rede Bahia.

Pela manhã, a presidente do TRT5, desembargadora Maria Adna Aguiar, esteve presente no stand, dando apoio à iniciativa. “Estamos aqui servindo à sociedade, cumprindo um dos ditames

constitucionais, que é garantir o acesso da população aos serviços da Justiça”, disse a presidente, acrescentando que com essa ação, a Justiça do Trabalho fica mais perto do cidadão.

A presidente da Amatra5, juíza Rosemeire Fernandes, participou na orientação ao cidadão e na distribuição de cartilhas sobre os direitos dos trabalhadores. “Somos muito procurados sobre situações de violação de direitos e também sobre o andamento de processos na Justiça do Trabalho”, disse a magistrada, destacando também a importância dessa iniciativa para aproximar o juiz da comunidade. “É importante sair do gabinete e realizar esse tipo de ação, que leva informação ao cidadão para que ele conheça seus direitos e evite a precarização do trabalho”.

O metalúrgico desempregado Felipe Santos de Souza, 21 anos, esteve no stand para tirar suas dúvidas. Ele contou que trabalhou durante cinco anos em uma empresa de Simões Filho, que não assinou sua carteira de trabalho. Quando saiu, há seis meses, afirma que não recebeu férias e 13º salário e foi buscar



informações sobre o que poderia fazer para receber o que tem direito por lei. “Acho muito importante ter esse tipo de serviço para orientar um trabalhador como eu, que, de outra forma, não teria como se informar”, disse o jovem.

Participaram da iniciativa, além das magistradas Maria Adna Aguiar e Rosemei-

re Fernandes, a diretora tesoureira da Amatra5, Soraya Gesteira; a secretária-geral Edlamar Cerqueira; a diretora de Cidadania e Direitos Humanos, Silvia Isabelle e a ex-presidente da Amatra5, Viviane Leite.

Serviços variados

Além de informações sobre Direitos Trabalhistas, quem foi ao Sesi encontrou uma série de serviços, como massoterapia, nutrição, corte de cabelo, oficina de artesanato, aferição de pressão, teste de glicemia, Índice de Massa Corpórea (IMC) e verificação de acuidade visual. O evento contou ainda com apresentações culturais, rodas de capoeira e grupos folclóricos.

A Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Emprego levou para o evento os serviços de divulgação de vagas de emprego, orientação ao consumidor e ao microempreendedor. Já a Coelba e a Embasa participaram com agência móvel, que permitiu ao cidadão emitir segunda via de conta, solicitar serviços e negociar débitos.



Juizas Silvia Isabelle, Viviane Leite, Edlamar Cerqueira, Rosemeire Fernandes e Edlamar Gesteira.



Juízes, servidores, advogados e sindicalistas mobilizados contra os cortes no Orçamento

Magistrados e servidores do TRT5-BA participaram, no dia 2 de maio, de uma manifestação em frente ao Fórum do Comércio, pela Valorização da Justiça do Trabalho.

“
Operários eram explorados e até crianças eram submetidas a condições degradantes
Desembargador Paulino Couto

”

Advogados, procuradores e representantes de centrais sindicais também fizeram coro contra o corte orçamentário, que reduziu 32% as despesas de custeio e 90% os investimentos dos TRTs. O ato marcou também os 75 anos da Justiça do Trabalho.

O evento foi aberto pela presidente do TRT5, desembargadora Maria Adna Aguiar, que conclamou a todos que defendessem a Justiça do Trabalho, disseminando a ideia em seus grupos de relacionamento.

Depois foi a vez do desembargador Paulino Couto fazer uma breve retrospectiva histórica, lembrando que antes da Justiça do Trabalho os operários eram explorados e até crianças eram submetidas, na Inglaterra, a condições degradantes. Falou ainda da situação do Brasil, lembrando que há 75 anos surgia Justiça do Trabalho, criada no dia 1º de maio pelo presidente Getúlio Vargas.

Na sequência, a presidente da Amatra5, juíza Rosemeire Fernandes, destacou que a Justiça do Trabalho é um patrimônio da sociedade e que o corte orçamentário é ilegal, discriminatório e inconstitucional. “A sociedade precisa estar mobilizada para não permitir que a Justiça do Trabalho seja prejudicada, pois ela é fundamental não só para garantir os direitos dos trabalhadores, mas também para a própria democracia”. Depois foi a vez dos representantes dos advogados. O presidente da ABAT (Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas), Émerson Mangabeira; e a vice-presidente da OAB, seção Bahia, Patrícia Dantas, também se posicionaram contra os cortes no Orçamento. Em seu pronunciamento, Émerson Mangabeira anunciou o ingresso da ABAT como amicus curiae, na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) proposta pela Anamatra, enquanto



A sociedade precisa estar mobilizada para não permitir que a Justiça do Trabalho seja prejudicada, pois ela é fundamental não só para garantir os direitos dos trabalhadores, mas também para a própria democracia

Presidente da Amatra5, Rosemeire Fernandes



a vice-presidente da OAB hipotecou apoio da Seccional às ações e medidas contra o corte orçamentário. O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, Alberto Balazeiro, também se manifestou contra o corte orçamentário, assim como o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Cedro Silva; e do Sindica-

to dos Auditores Fiscais do Trabalho, Mário Diniz.

Em todo o país, as associações de magistrados, o Colepccor (Colégio de presidentes e corregedores dos Tribunais do Trabalho) e todos os Tribunais Regionais estão mobilizados na luta contra o inconstitucional corte no orçamento.

Redução de horário

Com o objetivo de reduzir despesas, o TRT5-BA opera em turno único desde o dia 4 de abril, funcionando das 8h às 15h30, até o dia 19 de dezembro de 2016, com atendimento ao público das 9h às 14h. Ainda entre as medidas anunciadas estão a redução de contratos; o adiamento de obras e reformas; a suspensão de projetos que necessitem de investimentos; a limitação de gastos com diárias e passagens, bem como com materiais de consumo.



Mobilização também no interior



Teixeira de Freitas



Itabuna



Itaberaba

Juizes de várias cidades do interior também participaram da mobilização, entre elas Teixeira de Freitas, Itabuna e Itaberaba. Em Teixeira, o ato aconteceu em frente ao Fórum Menandro Falcão e reuniu magistrados e servidores, além de representantes da subseção local da OAB, Procuradoria do Município, Corpo de Bombeiros, sindicatos e CUT. Entre as consequências do corte orçamentário, a magistrada citou a redução no horário de atendimento externo à população - necessária em todo o estado para diminuir os custos com energia, água e telefone - e os prováveis impactos sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe) que, para continuar funcionando com eficiência, demanda constantes investimentos por parte do Tribunal.

Sede própria

Em Itaberaba, o evento foi promovido pelo juiz titular da Vara Regional Gilmar Carneiro de Oliveira e contou com a presença do presidente da Ordem dos Advogados (OAB) Subseção de Itaberaba, Gabriel Mendes Mascarenhas, além de servidores e vários advogados que militam em Itaberaba e na região da Chapada Diamantina.

Durante o evento o juiz Gilmar Carneiro falou da urgência em viabilizar a construção da sede própria, discorreu sobre a recomposição do orçamento do Judiciário Trabalhista, e alertou para os cortes no orçamento. O magistrado falou também da importância social da Justiça do Trabalho, destacou a produtividade e celeridade da Regional, conclamou a parceria da OAB e dos poderes públicos municipais para viabilização da construção da sede própria do TRT em Itaberaba. Na Vara de Itabuna, no sul do estado, a manifestação reuniu cerca de 150 pessoas, segundo a organizadora do evento, a juíza Eloína Machado, que é também diretora do fórum e titular da 2ª Vara do Trabalho. O corregedor regional do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5-BA), desembargador Esequias de Oliveira, também esteve no evento.

Entre os participantes estavam magistrados e servidores das quatro varas trabalhistas de Itabuna, além de advogados, sindicalistas, membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e representantes da sociedade civil itabunense. "É mais que necessário que as autoridades sejam instadas a reverter essa situação que, em última análise, penalizará todos aqueles que para lá acorrem em busca da restituição de direitos trabalhistas suprimidos", ponderou o corregedor.

TRABALHO INFANTIL

VOCÊ NÃO VÊ,
MAS EXISTE

ANA, 13 ANOS
TRABALHA COMO
DOMÉSTICA

Aproximadamente 258 mil crianças
trabalham como domésticas no
Brasil. Além de terem baixa
remuneração, elas estão
sujeitas a abusos físicos,
psicológicos e sexuais.

Saiba mais:
www.tst.jus.br/trabalho infantil



PROGRAMA DE COMBATE AO
TRABALHO INFANTIL
DA JUSTIÇA DO TRABALHO





ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS MAGISTRADOS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO



A JUSTIÇA DO TRABALHO ESTÁ AMEAÇADA!

Em plena crise econômica, os trabalhadores que recorrerem à Justiça do Trabalho para fazer valer os seus direitos encontrarão dificuldade e demora na solução dos processos, por conta dos inexplicáveis cortes orçamentários. Devemos procurar apoio e recursos para assegurar os atuais padrões de eficiência.

